

Anexo I

1 - Manuel José Santos de Sousa, titular do bilhete de identidade n.º 8240759, residente em Praceta Fernando Pessoa, Lote 8, Marrazes, 2415-691 Leiria e Paulo Manuel Santos e Sousa, titular do bilhete de identidade n.º 4324332, residente em Vivenda João Paulo II, Telheiro – Barreira, Apartado 4131, 2411-901 Leiria na qualidade de representantes legais da Americana – Papelaria, S.A., Número de Identificação Pessoa Colectiva 509959008, com sede em Rua da Imaculada Conceição, Telheiro-Barreira, 2410-338 Leiria, tendo tomado inteiro e perfeito conhecimento do procedimento 076_AJD_SA_16- *Aquisição de material de escritório para o ano 2017*, sob compromisso de honra, que a sua representada se obriga a executar o referido contrato em conformidade com o conteúdo do mencionado caderno de encargos, relativamente ao qual declara aceitar, sem reservas, todas as cláusulas.

2 – Declara também que executará o referido contrato nos termos previstos nos seguintes documentos, que junta em anexo:

- a) P.AC.17.00428
- b) Declaração de Representação

3 – Declara ainda que renuncia a foro especial e se submete, em tudo o que respeitar à execução do referido contrato ao disposto na legislação portuguesa aplicável.

4 – Mais declara, sob compromisso de honra, que:

- a) Não se encontra em estado de insolvência, de liquidação, dissolução ou cessação de actividade, sujeita a qualquer meio preventivo de liquidação de patrimónios ou em qualquer situação análoga, nem tem o respectivo processo pendente;
- b) Os titulares dos órgãos sociais de administração não foram condenados por qualquer crime que afecte a sua honorabilidade profissional;
- c) Os titulares dos órgãos sociais de administração não foram objecto de aplicação de sanção administrativa por falta grave em matéria profissional;
- d) Tem a sua situação regularizada relativamente a contribuições para a segurança social em Portugal;
- e) Tem a sua situação regularizada relativamente a impostos devidos em Portugal;
- f) Tenham sido de aplicação da sanção acessória prevista na alínea e) do n.º1 do artigo 21.º do Decreto-Lei n.º 433/82, de 27 de Outubro, na alínea b) do n.º 1 do artigo 71º da Lei n.º 19/2012, de 8 de maio, e no n.º 1 do artigo 460º do presente Código, durante o período de inabilidade fixado na decisão condenatória;
- g) Não foi objecto de aplicação da sanção acessória prevista na alínea b) do n.º1 do artigo 627.º do Código do Trabalho;
- h) Não foi objecto de aplicação, há menos de dois anos, de sanção administrativa ou judicial pela utilização ao seu serviço de mão-de-obra legalmente sujeita ao pagamento de impostos e contribuições para a segurança social, não declarada nos termos das normas que imponham essa obrigação, em Portugal;
- i) Os titulares dos corpos sociais de administração não foram condenados por alguns dos seguintes crimes:
 - I) Participação em actividades de organização criminosa, tal como definida no n.º1 do artigo 2.º da Acção Comum n.º 98/773/JAI, Do Conselho;
 - II) Corrupção, na acepção do artigo 3.º do Acto de Conselho de 26 de Maio de 1997 e do n.º 1 do artigo 3.º da Acção Comum n.º 98/742/JAI, do Conselho;
 - III) Fraude, na concepção do artigo 1.º da Convenção relativa à protecção dos Interesses Financeiros das Comunidades Europeias;
 - IV) Branqueamento de capitais, na concepção do artigo 1.º de Directiva n.º 91/308/CEE, do Conselho, de 10 de Junho, relativa à prevenção e utilização do sistema financeiro para efeitos de branqueamento de capitais;

- j) Não prestou a qualquer título, directa ou indirectamente, assessoria ou apoio técnico na preparação e elaboração das peças do procedimento que confira vantagem que falseie as condições normais de concorrência.

5 - O declarante tem pleno conhecimento de que a prestação de falsas declarações implica, consoante o caso, a exclusão da proposta apresentada ou a caducidade da adjudicação que eventualmente sobre ela recaia ou constitui contra ordenação muito grave, nos termos do artigo 456.º do Código dos Contratos Públicos, a qual pode determinar a aplicação da sanção acessória de privação do direito de participar, como candidato, como concorrente ou como membro de agrupamento candidato ou concorrente, em qualquer procedimento adoptado para a formação de contratos públicos, sem prejuízo da participação à entidade competente para efeitos de procedimento criminal.

6 - Quando a entidade adjudicante o solicitar, o concorrente obriga-se, nos termos do disposto no artigo 81.º, do Código dos Contratos Públicos, a apresentar a declaração que constitui o anexo II do referido Código, bem como os documentos comprovativos de que se encontra nas situações previstas nas alíneas b), d), e) e i) do n.º4 desta declaração.

7- O declarante tem ainda o pleno conhecimento de que a não apresentação dos documentos solicitados nos termos do número anterior, por motivo que não lhe seja imputável, determina a caducidade da adjudicação que eventualmente recaia sobre a proposta apresentada e constitui contra-ordenação muito grave, nos termos do artigo 456.º do Código dos Contratos Públicos, a qual pode determinar a aplicação da sanção acessória de privação do direito de participar como candidato, como concorrente ou como membro de agrupamento candidato ou concorrente, em qualquer procedimento adoptado para a formação de contratos públicos, sem prejuízo da participação à entidade competente para efeitos de procedimento criminal.

Leiria, 27 de janeiro de 2017

Os representantes legais,



António Carlos Santos de Sousa, natural da freguesia de Leiria, titular do cartão de cidadão 04494842 5ZZ6, residente em Rua das Olarias, n.º 38-A, 2º, 2400-197 Leiria e Manuel José Santos de Sousa, natural da freguesia de Leiria, concelho de Leiria, titular do bilhete de identidade n.º 08240759 de 03/03/2006 com residência em Praceta Fernando Pessoa, Lote 8, Marrazes, 2415-691 Leiria, na qualidade de representantes da Americana – Papelaria S.A., com sede na Rua da Imaculada Conceição, Telheiro-Barreira, 2410-338 Leiria, com o capital social de 1.300.000,00 Euros, matriculada na Conservatória do Registo Comercial de Leiria sob o n.º 509959008, Número de Identificação Pessoa Colectiva 509959008, constitui bastante representante da sociedade, Ana Margarida Martins Simões, natural da freguesia da Sertã, concelho da Sertã, titular do cartão do cidadão n.º 12115808 0ZZ0, residente em Rua da Quinta, Urbanização de Santa Clara, Lote 109, 2º B, 2400-019 Leiria e Cecília de Oliveira Rodrigues Amado Silva, natural da freguesia de Amor, concelho de Leiria, titular do cartão de cidadão n.º 08569999 3ZZ7, residente em Rua da Carregueira, n. 18, 2425-025 Monte Real, Célia Maria dos Santos Moreira, natural do Brasil, titular do cartão de cidadão nº 1473667 0ZZ9, residente em Rua dos Valserves nº 101, 2415-002 Bidoeira de Cima e Luís Miguel Martins Pinto dos Santos, natural da Nazaré, concelho de Nazaré, titular do cartão de cidadão nº 11479738 2ZY4, residente em Aldeamento Santa Clara lote 110 1º Dto, Edifício Pelicano II, 2400-441 leiria a quem confere os poderes necessários para, em nome e em representação da sociedade, assinar e representar a sociedade em todos os documentos e actos relacionados com a Contratação Pública.

Leiria, 5 de junho de 2015

Os representantes legais,

A blue ink signature, likely belonging to Ana Margarida Martins Simões, written over a small rectangular stamp.A large, stylized blue ink signature, likely belonging to António Carlos Santos de Sousa, written over a larger rectangular stamp.

2/

2/

--- Reconheço as assinaturas do documento anexo de: MANUEL JOSÉ SANTOS DE SOUSA e ANTÓNIO CARLOS SANTOS DE SOUSA, por semelhança, respectivamente, com fotocópia certificada no 1º Cartório Notarial de Competência Especializada de Leiria em 14/11/2006 do bilhete de identidade nº 8240759 emitido em 03/03/2006, pelos SIC de Leiria e fotocópia certificada neste cartório em 23/02/2015 do cartão de cidadão da República Portuguesa nº 04494842 5ZY8 válido até 15/02/2020, na qualidade de administradores, respectivamente, vice-presidente e presidente, da sociedade denominada **“AMERICANA - PAPELARIA, S.A.”**, qualidade e poderes para este acto que verifiquei hoje por consulta à certidão permanente do Registo Comercial. -----

--- Maria Ivete Dias Guarda, funcionária do Cartório Notarial de Leiria a cargo do Notário António Pedro Monteiro Correia Marques Tavares, no uso de competência cuja autorização pelo Notário foi publicada nos termos da lei sob o nº 128/4 a 23/01/2014, em Leiria, 05 de Junho de 2015

M^{te} Ivete D. Guarda
Conta registada sob o nº 3 Emitido recibo